

---

Paru en version française illustrée sous le titre : « Objet et Ordre Social. D'une canne de roseau à mesurer l'eau aux principes de fonctionnement d'une société rurale », *Terrain*, 37, 2001 : 153-161

---

## **Medir e partilhar a água: Objecto e Ordem Social**

**Fabienne WATEAU**

Laboratoire d'Ethnologie et de Sociologie Comparative, UMR 7535, Nanterre  
CEAS, Lisboa

O propósito desta comunicação é a leitura técnica, prática e social de um instrumento de medição da água de rega: a cana. Trata-se, partindo deste objecto, de explicar algumas das regras e princípios de funcionamento que regem uma comunidade rural do Noroeste de Portugal. O objecto em questão é uma cana talhada que serve para medir e partilhar água; o espaço geográfico onde foi observado o seu uso é Melgaço, um concelho minhoto, montanhoso e húmido, cujas terras estão destinadas à policultura alimentar, ao milho e à vinha. Numa primeira parte, será descrito o objecto propriamente dito, desde a sua forma original até ao modo como é fabricado e à sua finalidade técnica. Numa segunda parte, serão analisadas as marcas efectuadas nesse objecto, a significação dos intervalos por elas delimitados, o sentido de uma expressão idiomática local dada como explicativa do seu uso durante a rega, assim como os respectivos princípios de funcionamento. Por último, numa terceira parte, será dada uma atenção especial à lógica distributiva dos turnos de água, a fim de determinar que princípios e valores partilhados a prática da rega requer e pressupõe em Melgaço, e a que ordem social essa prática se reporta.

### *Um objecto: a cana*

No Noroeste de Portugal em geral, e na freguesia de Chaviães em particular (concelho de Melgaço), utilizam-se canas para medir e partilhar água de rega retida em reservatórios de tamanho e forma irregulares. O uso de canas como instrumento de medição de água não é específico desta região, encontra-se também em Espanha (na Galiza e na Andaluzia) e em Marrocos (Chiche 1984)<sup>1</sup>. Não obstante, se bem que respeitando um mesmo princípio geral de partilha, estes objectos de medição podem ser de material, forma, tamanho e capacidade de adaptação diferentes<sup>2</sup>. Servem para « canner »<sup>3</sup> as quantidades de água disponível, ou seja, para dividir em várias partes uma quantidade de água comum, retida num mesmo reservatório.

Em Melgaço, as canas são caules verticais, lenhosos, cilíndricos, ocos e rígidos, dos quais foram retiradas as folhas em todo o comprimento, e compreendendo duas partes: uma parte inferior longa e regular, destinada à medição; e uma parte superior dobrada, destinada à fixação. A parte inferior da cana, que corresponde aproximadamente a quatro quintos (4/5) de todo o caule, é marcada com pedaços de cana cortados e inseridos e/ou com laços feitos de ervas ou raminhos; constitui o objecto de medida propriamente dito. A parte superior, que corresponde ao restante quinto (1/5) do caule, é dobrada na horizontal, de maneira a formar um ângulo recto com a parte inferior, e imobilizada por meio de uma pedra colocada sobre o muro do reservatório de forma a manter o objecto na posição devida. A altura das canas é função da profundidade dos depósitos destinados a recebê-las; em Chaviães, medem entre 150 e 230 cm (Cf. figura nº1).

Os reservatórios, localmente denominados poça e charco, são de forma e capacidade variáveis. Retêm água da chuva, de nascentes e de regos alimentados pelos cursos de água de montanha. Cada um deles compreende um orifício de escoamento, uma tampa para o obstruir (geralmente, um pau grosso) e, no Verão, uma cana para medir a quantidade de água retida. São regularmente abertos e fechados para a rega. A cana é sempre colocada no mesmo sítio, perto do orifício de escoamento.

---

<sup>1</sup> Devem também encontrar-se noutros lugares do mundo, uma vez que esta técnica de retenção da água em reservatórios localizados em flancos de elevações é específica dos sistemas de rega por gravidade e, como refere Orlando Ribeiro (1987), constituiria uma prática pré-romana em Portugal. Os instrumentos de medição da água por mim observados na Península Ibérica, entre Novembro de 1997 e Agosto de 1999, assemelham-se estranhamente aos descritos por Jacqueline Chiche no seu livro sobre Marrocos (Chiche 1984: 253-258): às varas móveis no Minho (P) e na Galiza (E); e aos paus fixos graduados na Andaluzia (E).

<sup>2</sup> Um estudo comparativo constituirá o objecto de uma publicação futura, visto estes instrumentos, que têm como aspectos comuns a medição da água em volume (e não em tempo como as clépsidras ou outros relógios (Cf. Rossum, 1997) e o seu lugar e utilização nos reservatórios, apresentarem variantes pouco estudadas pela literatura antropológica: trata-se de varas, paus, palmas, hastes ou inscrições murais; são móveis ou fixos; de cana ou de sorveira (Melgaço, Portugal), de pinho (Arbo, Espanha), de madeira (Senes, Espanha), de figueira (Tirsal, Marrocos), de ferro, ou mesmo pintados ou gravados numa parede. Ver Argemi Relat (1995) e Chiche (1984). Estes « bâtons de partage » destinados a medir e partilhar volumes são de distinguir, a partir de agora, dos « bâtons de taille » ou « tailles » acerca dos quais foram já publicados escritos mais abundantes e que servem para quantificar, recensear e principalmente para determinar direitos (sobre determinados bens, memorização de uma dívida, etc.). A título indicativo, citemos os « tailles » de gado na Suíça, de impostos na Inglaterra, de pão na França, etc. (Ifrah 1994: 160-168); as talas de trabalhos colectivos, de multas, de gado, de eleições, de organizadores de festas, etc., em Rio de Onor (Dias 1953; Brito 1996: 94-98); os « tailles » de água de Valois, na Suíça, para a organização da rega nos prados (Ifrah 1994: 168); ou ainda os paus de rega dos Zuñis no Novo México (Cushing citado por Ifrah op. cit.: 474). Todos estas « tailles » se assemelham a registos e, nisto, são completamente diferentes dos instrumentos de partilha de que se trata neste artigo.

<sup>3</sup> Do francês antigo « canner », medir com uma cana (1624), o que deixa entender que a prática, ancestral, também era conhecida em França. Não se aplicava forçosamente à água.

A medição e a partilha da água das poças faz-se em volume: cada utilizador tem direito a uma parte da quantidade de água acumulada. Na parte inferior da cana, cada intervalo compreendido entre dois pedaços de cana ou raminhos corresponde a uma parte de água; contam-se tantas partes de água quantos os intervalos, e tantos intervalos quantos os detentores de direito<sup>4</sup>.

As partes de água são calculadas a partir da parte molhada da cana a qual, antes de ser marcada, é mergulhada verticalmente na poça no preciso lugar em que será depois mantida durante o esvaziamento. A superfície molhada figura a quantidade de água disponível para partilhar. A totalidade da superfície molhada representa uma poçada, metade dessa superfície meia poçada (1/2), metade da metade um quarto de poçada (1/4), etc. As partes não são iguais: um detentor de direito pode possuir uma poçada, e outro um meio quarto de poçada (1/8) ou menos (1/16). Uma folha de cana é cortada à medida da porção molhada, constituindo assim a bitola de medida e correspondendo a uma poça cheia. Em função da parte de cada um dos detentores de direito (uma meia poçada, um quarto, um meio quarto, etc.), essa folha é dobrada tantas vezes quantas forem necessárias (em dois, em quatro, em oito), e as partes figuradas obtidas por dobragem são reportadas sobre a cana. A cana é então talhada ou atada nos locais determinados; estão representadas as partes de água de cada um. Preparar uma cana demora cerca de dez minutos.

Uma vez marcada, a cana é colocada de novo na poça e a parte dobrada imobilizada com a ajuda de uma pedra colocada sobre o rebordo do muro. Já não deve mexer-se mais. Pedacos e laços estão agora imersos e a rega começa com a abertura da poça pelo retirar da tampa. O primeiro a regar utiliza água até esta chegar à primeira marca, situada na parte vertical da cana. Em seguida, o segundo rega a quantidade e o tempo compreendidos entre a primeira marca e a segunda, e assim sucessivamente até a poça ficar completamente vazia.

Os utilizadores de canas, poças e água estival de rega têm a designação de *herdeiros*, pois eles herdaram direitos de água dos seus ascendentes directos ou obtiveram-nos por intermédio do casamento. Estes direitos de água estão sujeitos a partilha em todas as transmissões. Também as partes de cada um variam conforme as famílias, a sua riqueza, o número de filhos e a forma de transmissão dos bens (igualitária ou favorecida). A cada poçada corresponde um número específico de herdeiros; e a cada herdeiro uma determinada quantidade de água. Cada regante, em geral, beneficia d'água de uma poça de 8 em 8 ou de 10 em 10 dias, período este que corresponde à passagem da água por todos os detentores de direitos. Este período é localmente chamado giro ou roda. Somente os herdeiros são proprietários de direitos de água no Verão.

As canas servem apenas no período estival, isto é de Junho a Setembro. São objectos do efémero, deitam-se fora após uma única utilização ou depois de usadas várias vezes seguidas até a rega acabar. Em Setembro, estes instrumentos de medição serão abandonados à beira das poças e arrastados pelo vento, a chuva ou os cantoneiros.

As canas são também objectos de medição espacio-temporal uma vez que, à semelhança das pedras de partilha, dos quadrantes solares, das clépsidras ou dos chifres ou buzios sonoros, permitem aos seus utilizadores marcar o espaço e o tempo; fazem parte da técnica que instaura a linearização do tempo (Betti 1996: 269).

---

<sup>4</sup> Os intervalos compreendidos entre a superfície da água e o primeiro pedaço (antes da abertura da poça e entre o último pedaço e a base do caule (e também fundo da poça) figuram igualmente partes.

### *Um princípio: a rotatividade*

Este sistema de medida destinado a dividir água em partes, e não em horas e minutos<sup>5</sup>, está adaptado à forma irregular das poças, à relativa acumulação de lodo, e às variações de capacidade. Rapidamente cheias no início do período de rega quando água de escorrência é ainda abundante, estas poças sofrem oscilações do nível na força do Verão quando só água das nascentes as abastece. Através de um sistema de partilha em partes, cada um recebe sempre, portanto, a mesma fracção de água, a mesma percentagem, e isto, tanto em relação ao seu próprio direito como em relação aos direitos dos outros. As relações de proporção, sempre exactamente as mesmas, são rigorosamente respeitadas; também aqui, medir é mais uma comparação do que uma contagem (Crump 1995: 147).

Os intervalos na cana, que figuram estas partes desiguais, por corresponderem a diferentes riquezas de beneficiários, não representam pois um modelo de distribuição igualitária da água. Muito pelo contrário, marcam e tornam visível com toda a evidência a desigualdade existente entre os herdeiros. Ora esta visualização da desigualdade é pouco comum nas outras canas de partilha existentes fora do Minho: os intervalos são regulares e equidistantes, iguais<sup>6</sup>.

A cana e os seus intervalos figuram sobretudo um outro modelo, inerente ao funcionamento da rega e referenciável a todas as partilhas da água, pois na cana é inscrita uma ordem de passagem (ou uma seqüência) e uma rotatividade: este modelo é a equidade.

A seqüência. Cada um dos intervalos corresponde a uma pessoa e ao seu lugar na ordem de distribuição da água: esta pessoa pode estar na primeira posição (neste caso a sua parte encontra-se na parte superior da cana compreendida entre o nível da água da poça cheia e a primeira marca), na segunda posição (entre a primeira marca e a segunda), na terceira posição (entre a segunda marca e a terceira), etc. Na cana vê-se, portanto, o desfile dos herdeiros uns a seguir aos outros, isto é, uma seqüência ordenada de indivíduos; esta pressupõe a alternância temporal das pessoas que *roldeiam*<sup>7</sup>, se sucedem e se substituem para regar.

A rotatividade é expressa e respeitada a partir de uma frase idiomática. Os herdeiros sintetizam a sua lógica através de poucas palavras: *quem está à frente, vai atrás*, o que significa que aquele que estava adiante num dia (entenda-se, na primeira posição para regar), estará na última posição no outro dia. Esta lógica de rotatividade aplica-se também à cana directamente, uma vez que no fim de cada giro da poça, os mesmos três ou quatro herdeiros que tinham partilhado água no dia 1 do primeiro giro vão de novo encontrar-se e partilhar água no dia 1 do segundo giro, mas trocando desta vez a ordem da tomada de água e fazendo portanto uma nova cana que terá intervalos equivalentes mas organizados de maneira diferente<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> O sistema de partilha da água em horas e minutos também está em uso em Melgaço; é aplicado à água de rega distribuída pelos regos. Ver Wateau (2000).

<sup>6</sup> É o caso de Espanha. No entanto, isso não significa que todos os proprietários de água sejam iguais e possuam as mesmas quantidades, pois a um mesmo proprietário podem corresponder vários intervalos. Ver Chiche (1984) e Argemi Relat (1995).

<sup>7</sup> Do verbo *roldear* utilizado no Minho (Machado, 1991).

<sup>8</sup> Imaginemos três herdeiros: o Manuel, a Emília e a Clara. Se o Manuel regar em primeiro lugar no primeiro giro, cabe à Emília iniciar o segundo giro e será a Clara a começar o terceiro. O Manuel, que se encontrava na posição 1 para o primeiro giro, encontra-se na posição 3 para o segundo e na posição 2 para o terceiro. Existe rotatividade entre os beneficiários, pois quem foi à frente irá atrás; também há marcação diferente da cana, pois o primeiro intervalo passará a ser o último.

Esta rotatividade é uma roda, no sentido conceptual do termo, o que quer dizer que não se trata de uma simples acção de alternância ou de um movimento, mas de um princípio estrutural e estruturante da sociedade (Brito 1990). Nas sociedades rurais e comunitárias, como Rio de Onor em Trás-os-Montes, as rodas constituem o próprio fundamento da organização social, reflectindo e explicando a inscrição das casas no espaço, a organização dos trabalhos colectivos, o controlo do grupo, as tarefas e responsabilidades de cada um, etc. (op. cit., 1990). Este princípio de funcionamento observado no Nordeste de Portugal (Dias, 1948 e 1953; O'Neill, 1984 e 1989; Brito, 1990 e 1996)<sup>9</sup>, nos Alpes Suíços na forma de reciprocidades e de entre-ajuda (Niederer, 1989), de distribuição da água dos glaciares ou de utilização do forno de pão (Macherel, 1984) ou, ainda, em Espanha no pastoreio de montanha (Redclift, 1973), é aplicado aqui no Noroeste de Portugal no caso da rega (Wateau, 2000), caso em que as rodas respondem igualmente a uma lógica social de funcionamento, porque utilizam e reenviam a princípios e valores partilhados por todos, e nessa qualidade, fortemente reivindicados.

Nesta comunidade rural, « a preocupação de equidade » (Brito 1996: 226) é mais forte do que a de igualdade. Com efeito, apesar das disparidades existentes e legíveis na posse dos direitos de água (e, por extensão, das outras propriedades), nunca ninguém reivindica uma parte igual para todos ou « a cada um uma mesma parte ». O reivindicado é uma regra semelhante para todos, expressa em termos de direito: « a cada um segundo o seu direito ». Reivindicar uma equidade e manter as desigualdades não é incompatível<sup>10</sup>. O que vem dos antigos, inclusivé algumas disparidades perpetuadas ao longo de gerações, não é posto em causa, parecendo até irrevogável. O que é posto em causa, é que a uma mesma actividade, a rega por exemplo, correspondam maneiras de fazer e comportamentos diferentes. Ao repetir com insistência que quem está à frente, vai atrás, os herdeiros reivindicam a continuidade das rodas, e por esse facto a instauração e o respeito por uma equidade. No entanto, aqui, a roda não é « um engano igualitário » ou uma ilusão consistindo em fazer crer que todos são iguais (O'Neill 1984: 201); em Melgaço, a roda não camufla as desigualdades, quando muito esbate-as um pouco, mas não engana ninguém. E a equidade reivindicada, apesar ou para além destas desigualdades, mantém-se o primeiro dos conceitos sociais estruturantes que uma simples cana pode dar-nos a ler.

### *Uma lógica: a ancestralidade*

Se deixarmos agora a cana e a poça e passarmos à distribuição geral da água de rega na freguesia, poderemos compreender melhor como, porquê e seguindo que lógica, esta equidade (e, por isso mesmo, as rodas instauradas na prática e figuradas na cana) tem a sua inscrição. Articula-se com um outro modelo e com uma outra lógica que, permitindo a combinação das desigualdades e a estrita reivindicação das rodas equitativas, define, mantém e reproduz a ordem social vigente.

Em Chaviães, uma freguesia compreendida entre o Rio Minho e a estrada nacional, situada nos flancos de uma colina e que acusa um forte desnível, rega-se igualmente com o auxílio de regos. A lógica física de escoamento da água exigiria que se regassem as parcelas de cima para baixo; a lógica económica de optimização da água exigiria que se regassem as parcelas de cima para baixo e por espaços contíguos, isto é, uns a seguir aos outros, por contiguidade e por irrigação sucessiva, a fim de impedir todo e qualquer desperdício. No entanto, em Chaviães, nenhuma destas duas lógicas distributivas é respeitada.

---

<sup>9</sup> No caso do pastoreio de montanha (Dias 1948), da rega e da colheita (Dias 1953; O'Neill 1984), da matança do porco (O'Neill 1989) e de todas as outras esferas em que as rodas, menos visíveis, não foram inventariadas nas monografias (Brito 1996: 227).

<sup>10</sup> É precisamente o que Brian O'Neill põe em evidência no seu livro sobre Fontelas (O'Neill, 1984).

A distribuição é assegurada seguindo uma rotação semanal de sete dias, que compreende sete giros distintos, relativos a diversos lugares da freguesia e, em cada um deles, diversos conjuntos de parcelas e de detentores de direitos. O princípio de rotatividade descrito atrás é (ou foi) respeitado em todos estes níveis de distribuição; a rotação semanal pode ser considerada como a roda das rodas, aquela que engloba todas as outras<sup>11</sup>. Água, que vem de montante e pela parte de cima da freguesia não rega todavia em primeiro lugar a parte alta desta; vai irrigar as terras que circundam a igreja. Só em segundo lugar é que água irriga as terras situadas de um lado e do outro da estrada nacional, na parte de cima da freguesia. Em seguida, ela prossegue o seu caminho para montante, antes de vir regar as terras perto do rio num nível inferior, voltar para as terras mais acima, tornar a passar perto da igreja e acabar o seu curso num dos flancos da parte baixa da freguesia.

A circulação da água, desordenada no que respeita ao seu trajecto (Cf. a figura nº2), faz-se de acordo com uma determinada hierarquia dos espaços. Em primeiro lugar são regadas as terras da igreja e, em segundo lugar, as terras mais próximas da estrada principal. Todas as outras terras são irrigadas segundo um vaivém mais ou menos regular, como se não pudesse ter havido preferência por nenhuma decisão definitiva quanto ao encaminhamento da água. Regam-se primeiro os sítios onde os homens estão instalados há mais tempo: a igreja constitui um dos corações importantes da freguesia em torno do qual se concentram as casas; a estrada, eixo de comunicação, é o segundo espaço mais habitado por razões de comodidade, de intercâmbio, de contactos e de circulação dos homens e dos bens - até 1996, esta estrada era a única via que atravessava o concelho, ligando-o a Espanha e ao resto de Portugal. Dito de outro modo, aquilo que determina a distribuição da água é função de uma determinada lógica de ancestralidade ou de antiguidade na ocupação do solo. A distribuição da água nos regos corresponde à distribuição (original) da população no território. Existe portanto um laço evidente e « pensado », entre a topografia, a ocupação espacial e a rega.

No nível ideológico, esta representação faz sentido. Tanto no contexto da rega como num enquadramento mais geral, as pessoas gostam de dizer que aquilo que legitima as suas acções e gestos vem dos antigos e da tradição, dos usos e costumes, e que a prática da rega remonta a tempos imemoriais<sup>12</sup>. Esta lógica de antiguidade do mesmo modo que os seus dois corolários, a deferência e o respeito pela hierarquia, foram analisados também noutras duas ocasiões: em relação aos bens e à propriedade, e relativamente aos conflitos. Por exemplo, aos bens herdados atribui-se um valor maior do que aos bens adquiridos: porque os primeiros provêm directamente dos ascendentes e são considerados como legítimos; porque os segundos são o resultado de uma iniciativa pessoal, realizada

---

<sup>11</sup> Podemos distinguir aqui cinco níveis de rotação, englobados uns nos outros. Do englobamento menor para o mais alargado: 1. a roda dos herdeiros, que foi descrita atrás a partir da cana, e que pressupõe que os beneficiários de uma mesma parcela ou de um mesmo conjunto de parcelas se rendam e alternem entre si a ordem da respectiva tomada de água; 2. a roda dos conjuntos de parcelas, que pressupõe que cada conjunto de parcelas designado, pertencente a um mesmo lugar (três ou quatro conjuntos, geralmente), receba água uma vez pelo menos em primeiro lugar; 3. a roda dos diferentes lugares da freguesia, que pressupõe a circulação da água em movimento de vaivém por toda a freguesia (outrora respeitada, esta roda foi eliminada; por comodidade, os herdeiros estabeleceram uma ordem de passagem fixa, correspondendo à lógica social específica que irei descrever); 4. a roda das semanas, entre as freguesias de Chaviães e de Roussas que partilham a mesma água de rega mas que só a recebem alternadamente, semana sim semana não; 5. por último, a roda dos anos pares ou ímpares, que decidem qual das freguesias, a de Chaviães ou a de Roussas, receberá água na primeira semana do período estival de rega (o período compreende sete semanas, consequentemente, conforme os anos, as freguesias recebem três semanas de água ou quatro).

<sup>12</sup> Jorge Dias, a propósito da organização social em Vilarinho das Furnas, evoca « a força mítica dos antepassados, dos antigos que, segundo eles (os habitantes), em tempos muito remotos, criaram aquela organização ». Os antigos e a tradição revestem-se como que de um carácter divino, transcendente e sagrado (Dias, 1948: 86-87).

durante a vida de um indivíduo, e são temidos pelo grupo na medida em que podem levar a uma reorganização das relações sociais. Existe uma forte dicotomia entre os bens adquiridos e os bens herdados, uns são aceites (como as desigualdades de riqueza e de estatuto) e os outros são suspeitos. Do mesmo modo, o recurso à antiguidade que confere legitimidade foi utilizado como argumento de selecção por ocasião de um conflito entre os habitantes de uma freguesia da montanha e os habitantes de uma freguesia do vale por uma questão relativa à gestão da água. Os primeiros definiram-se como os « autênticos » - decerto por habitarem espaços historicamente ocupados há mais tempo -considerando os segundos como os « usurpadores » que lhes tinham faltado ao respeito ao adoptar uma inovação técnica no vale. Também aqui, a herança de uma tradição e de uma ocupação do território prevalece no discurso e na representação daquilo que é mais recente (ou considerado como tal).

A forte inscrição do modelo de hierarquia na sociedade melgacense (hierarquia dos espaços, dos bens, dos indivíduos) é constituinte da sua ordem social. A deferência, que se espera seja concedida colectivamente ao mais idoso, ao mais « antigo », ao mais rico, ao mais instruído, etc., corresponde a um comportamento e a um valor respeitados e partilhados por todos, o que ultrapassa o simples âmbito da rega. Aqui, a própria técnica traz a marca destas representações colectivas, uma vez que é efectivamente de um « trajecto de deferência » ou ainda de um circuito que acentua e recorda a ordem social vigente em Melgaço que se trata. A lógica distributiva dos turnos de água é portanto absolutamente racional de um ponto de vista ideológico: ela não é, em primeiro lugar, nem física nem económica, mas é social por obedecer acima de tudo a razões sociais.

Combinado com este forte princípio de hierarquia, o princípio de equidade parece reequilibrar as relações sociais e dar às práticas uma maior flexibilidade e justeza. Permite também, muito provavelmente e apesar de tudo, ajudar a melhor suportar as disparidades no interior do grupo. As rodas, cuja ordem é além disso estabelecida por sorteio efectuado na véspera da rega, relevam plenamente da lógica da equidade: do aleatório e da repetição mecânica também, ou daquilo que é alienado aos indivíduos, quer dizer, reconhecido como mais neutro e mais justo para decidir da organização das tarefas mais complexas a partilhar. Asseguram em todos os casos a gestão e o equilíbrio destas últimas. Equidade e hierarquia surgem portanto aqui como as duas principais vertentes constitutivas e organizadoras da rega e da sociedade.

### *Conclusão*

No seu livro sobre a gestão da água num oásis tunisino, Geneviève Bedoucha considera que « somente uma análise prévia da organização hidráulica, através das suas técnicas e procedimentos, permite aceder às construções sociais, jurídicas e políticas » (Bedoucha 1987). Do mesmo modo, considera-se que « para cada objecto fabricado, o essencial é o ponto de vista humano do seu fabrico e da sua utilização pelos homens, pois se a tecnologia é uma ciência, é-o enquanto ciência das actividades humanas » (Haudricourt 1987). O instrumento « não é somente um termo que designa um objecto material, uma ferramenta ou um mecanismo; cada actividade tem os seus próprios instrumentos, as suas construções teóricas ou materiais, incorporadas num mecanismo, escritas no papel, registadas num qualquer suporte informático ou muito simplesmente pensadas; o instrumento é uma ideia antes de adquirir uma dimensão física » (Betti 1996) e « o pensamento é fixado através de símbolos materiais, [...] pressupondo o conteúdo dos grafismos uma convenção inseparável de conceitos já altamente organizados através da linguagem » (Leroi-Gourhan 1964).

Foi efectivamente segundo estas orientações conceptuais que o presente artigo foi preparada, em conformidade com a ideia de que linguagem e cultura estão articuladas e de que cada indivíduo, para pensar e agir enquanto membro de uma comunidade, deve munir-se de um conjunto de representações colectivas (Boyer 1991). A partir de um objecto, tentei determinar e explicar alguns

dos princípios e valores que regem a ordem social em Melgaço ou, por outras palavras, mostrar de que forma a leitura interpretativa dos objectos podia estender-se ao estudo antropológico das sociedades e, mais especificamente, à identidade dos sujeitos. A cana figura os indivíduos, os direitos, as medidas, a partilha, os princípios reivindicados, os modelos de funcionamento, as lógicas de organização, ou seja, as representações e os factos que pertencem à própria sociedade. A cana é uma representação de um princípio lógico de organização social, de um princípio ético e talvez mesmo de uma norma ou valor de conduta<sup>13</sup>.

A leitura cognitiva deste instrumento de medição da água em volume convida a uma investigação comparativa. Os textos são raros, mas já permitem pôr em evidência aquilo que faz a originalidade do sistema de partilha melgacense: a visualização na cana da desigualdade entre os detentores de direito. Uma observação que abre o campo da reflexão, principalmente num contexto ibérico ainda demasiadas vezes pensado como uniforme ou homogéneo.

## BIBLIOGRAFIA

- ARGEMI RELAT, Mercê; BARCELO Miquel; CRESSIER, Patrice; KIRCHNER, Helena; NAVARRO, Carmen, 1995, « Glosario de términos hidráulicos », *El Agua en la Agricultura de Al-Andalus*, Ed. Sierra Nevada 95, El Legado Andalusi & Lundwerg Editores S.A., Madrid, 163-189.
- BEDOUCHA, Geneviève, 1987, *L'eau, l'amie du puissant. Une communauté oasienne du Sud tunisien*, Paris, Ed. Des Archives Contemporaines.
- BETTI, Renato, 1996, « Instrumento », *Enciclopédia Einaudi*, vol. XXVII, Lisboa, IN/CM, 262-287.
- BOUDERLABA, N., CHICHE, J., HERZENNI, PASCON, 1984, *La question Hydraulique. 1. Petite et moyenne hydraulique au Maroc*, Rabat.
- BOYER, Pascal, 1991, « Anthropologie cognitive », in P. Bonte & M. Izard, *Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie*, Paris, PUF, pp. 158-160.
- BRITO, Joaquim Pais de, 1990, « As Rodas de Rio de Onor: um princípio estrutural e estruturante », *Análise Social*, nº 108-109, III série, vol. XXV, 511-543.
- BRITO, Joaquim Pais de, 1996, *Retrato de Aldeia com Espelho. Ensaio sobre Rio de Onor*, Publicações Dom Quixote, Col. Portugal de Perto nº 34, Lisboa.
- CHICHE, Jacqueline, 1984, « Description de l'hydraulique traditionnelle », in N. Bouderalaba et al., *La question Hydraulique. 1. Petite et moyenne hydraulique au Maroc*, Rabat, 222-258.
- CRUMP Thomas, 1995, *Anthropologie des nombres*, Editions du Seuil, Paris.
- CUSHING, F. H., 1920, « Zuñi Breadstuff », *Indian Notes and Monographs*, nº 8, 77.
- DIAS, Jorge, 1948, *Vilarinho das Furnas. Uma Aldeia Comunitária*, Porto, IAC.
- DIAS, Jorge, 1953, *Rio de Onor. Comunitarismo Agro-pastoral*, Porto, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- HAUDRICOURT, André-Georges, 1987, *La technologie, science humaine. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques*, Paris, Ed. de la Maison des sciences de l'Homme.
- IFRAH, Georges, 1994, *Histoire Universelle des Chiffres*, 2 volumes, Paris, R. Laffont, (1981).
- LEROI-GOURHAN, André, 1964, *O Gesto e a Palavra* (I. Técnica e Linguagem), Lisboa, Edições 70, 187-191.
- MACHADO, João Pedro, 1991, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Círculo de Leitores.
- MACHEREL, Claude, 1984, « L'eau du glacier (Vallée du Loetschental) », *Études Rurales* nº93-94, 205-238.
- MAUSS, Marcel, 1947, *Manuel d'ethnographie*, Paris, Petite Bibliothèque Payot.

---

<sup>13</sup> Agradeço pela leitura crítica e construtiva, a Joaquim Pais de Brito, a Anibal Frias e a Jean-Marc Battner; pela tradução a Ana Maria Novais ; e pelo gráfico a Paulo Costa.

- NIEDERER, Arnold, 1965, « Corvées communales et entraide paysanne au Portugal et en Suisse », in *Actas do Congresso Internacional de Santo Tirso* (1963), vol. III, Lisboa, J.I.U., 385-393.
- O'NEILL, Brian, 1984, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana 1870-1978*, Publicações Dom Quixote, Col. Portugal de Perto, nº7, Lisboa.
- O'NEILL, Brian, 1989, « Repensando Trabalhos Colectivos Lúdicos: a Matança do Porco no Alto de Trás-os-Montes », *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 471-520.
- REDCLIFT, M.R., 1973, « The future of agriculture in a Spanish Pyrenean village and the decline of communal institutions », *Ethnology*, vol. XII, nº 2, 193-203.
- RIBEIRO, Orlando, 1987, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de Relações Geográficas*, (5<sup>TM</sup> ed.), Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.
- ROSSUM, Gerhard Dohrn-van, 1997, *L'histoire de l'heure. L'horlogerie et l'organisation moderne du temps*, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, Paris.
- WATEAU, Fabienne, 2000, *Conflitos e água de Rega. Ensaio sobre a Organização Social no Vale de Melgaço*, Publicações Dom Quixote, Col. Portugal de Perto, nº 39, Lisboa.